

PROJETO (NÃO)EDUCATIVO DA ESCOLA

Adaires Rodrigues de Sousa
adares.sous@gmail.com

Introdução

É significativo para texto o entendimento do planejamento como objeto e fenômeno da realidade objetiva e que, por si só, não traz estampado seus significados que, por sua vez, “precisam ser ensinados por aqueles que deles já se apropriaram” (MARTINS, 2016, p. 68) garantindo a “formação da humanidade em cada indivíduo singular” (SAVIANI, 2015, p. 293).

Em uma perspectiva exploratória, busca-se compreender o planejamento educacional, especificamente no âmbito da Escola, em Portugal, como processo orientado para a participação de todos os intervenientes educativos, especificamente com a construção do Projeto Educativo¹ (PE).

Por meio de revisão de literatura acerca da temática do planejamento participativo e democrático e levantamento documental, entre eles, 100 relatórios de avaliação externa das escolas da região centro em Portugal, buscar-se-á elementos acerca da elaboração do PE em Portugal de modo a reconstruir o conceito a partir de seu processo histórico, produzindo, assim, novos conhecimentos (SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2009).

Desenvolvimento

Voltado aos princípios de participação e democracia dispostos na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (PORTUGAL, 1986), a construção do PE insere-se em um debate amplo e de disputas.

Barroso (1992, p. 35), ao indicar resultados a serem alcançados com a elaboração participativa e democrática do PE aponta para o sentimento de

¹ O Projeto Educativo explicita os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.

pertencimento seja dos alunos ou dos demais intervenientes envolvidos, aspectos importantes na conquista da boa qualidade na educação.

Participação e democracia são princípios significativos para o processo de construção do PE. Para Lima (2018, p. 25), “não há ... outro processo de ensinar e aprender a democracia e de conseguir interessar cada um de nós pelos assuntos relativos ao governo da coisa pública que não seja através do exercício da democracia e da participação”. Entendimento que, defende e garante a ativa participação dos cidadãos na vida pública e, para além de considerá-los como “titulares de direitos”, situa-os como também “criadores de novos direitos”. (PARO, 2007, p. 25).

Democracia e participação estão listados como princípios organizativos do Sistema Educativo de Portugal ao definir, por meio da LBSE, que este deverá

contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias. (PORTUGAL, 1986, Art. 3, I).

Estar definido em Lei não implica no desenvolvimento no campo da prática, pois, a literatura revisada até então, não possibilitou apreender a construção do PE de forma participativa e democrática, indicando: “ausência do teor democrático da administração que não encontra um solo propício ao acontecer da democracia e da autonomia”. (CARVALHO, 2013, p. 215); “uma separação nítida entre os discursos e as práticas, entre o formal e o real”. (COSTA, 2003, p. 1328); “[PE sem sentido e como] meros artefactos no interior das organizações escolares”. (COSTA, 2004, p. 86); “grande parte [inclusive dos professores] diz não ter participado na sua elaboração”. (FERREIRA, 2016, p. 33).

Tal realidade apontada na literatura observa-se também nos 100 relatórios do Segundo Ciclo de Avaliação Externa dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas da Região Centro em Portugal, ambos construídos no período entre 2011 e 2017.

Em seu conjunto, os relatórios avaliavam cada escola a partir de domínios: resultados (resultados académicos, outros resultados educativos e reconhecimento da comunidade), prestação do serviço educativo (planeamento e articulação, práticas de ensino, monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens) e liderança e gestão (Liderança, gestão, auto-avaliação e melhoria). Cabe destacar que buscou-se, exclusivamente, informações acerca da participação dos alunos na elaboração do PE e as informações apontadas pelos avaliadores demonstram uma não participação dos alunos no processo de planeamento.

Os relatórios, acerca da participação dos alunos, apontam uma prática de auscultação por meio de instrumentos como questionários de satisfação, sem descrever, contudo, aspectos formativos ligados a aplicação destes questionários.

Em cinco dos 100 (cem) relatórios, descrevem a participação na elaboração do PE por meio dos órgãos de representatividade, também não sendo possível verificar elementos que comprovem a vinculação dessa representatividade com a atividade pedagógica, o que aponta para um processo que não envolve todos os intervenientes educativos.

Conclusão

Do exposto, é possível apontar que não foi possível materializar em Portugal um processo de planeamento democrático e participativo que permita aos alunos “exercício da democracia e da participação” (LIMA, 2018, p. 25).

O que falta para um efetivo processo de construção democrático e participativo do PE? Como garantir um planeamento democrático e participativo e que considere os alunos em seu processo formativo? Ao considerar o planeamento do PE como um processo vinculado com o próprio papel formativo da escola, seria a atividade pedagógica uma garantia do planeamento democrático e com participação de todos os alunos?

A literatura teórico-conceitual abordada proporcionou informações sobre o planeamento do PE de modo a desvelar elementos contraditórios presentes

no processo, ou seja, a participação dos alunos de forma representativa que, desarticulada do papel formativo da escola, descaracteriza-a, não permitindo-a promover, a todos os alunos, o conhecimento historicamente sistematizado nesta área (SAVIANI, 2013).

Por tratar-se de uma abordagem exploratória, destaca-se a continuidade da pesquisa de modo a apreender a efetividade do planejamento democrático e participativo como atividade pedagógica.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, J. Fazer da Escola um Projecto. In: Rui Canário (Org). Inovação e Projecto Educativo de Escola. Lisboa: **EDUCA**, 1992.

CARVALHO, M. J. A Administração Escolar: racionalidade ou racionalidades? **Revista Lusófona de Educação**, 25, 2013.

COSTA, J. A. Projectos Educativos das Escolas: um contributo para a sua (des)construção. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1319-1340, 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

COSTA, A. J. Construção de projectos educativos nas escolas: traços de um percurso debilmente articulado. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 17, núm. 2, pp. 85-114, 2004.

FERREIRA, M. C. S. Projeto Educativo: a partir da construção identitária de uma escola - Estudo de caso de uma escola da zona Oeste. **Dissertação de Mestrado**. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa, 2016.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n.º 46 de 14 de outubro de 1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo. **Diário da República**, 1986. Acesso em 10 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/70328402/202002221816/exportPdf/maximized/1/cacheLevelPage?rp=indic>
e

LIMA, L. C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, 34(68), 15-28, 2018. Consultado em <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n68/0104-4060-er-34-68-15.pdf>.

MARTINS, L. M. Fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. In.: Pagnoncelli, C., Malanchen, J. & Matos, N. S. D. (Orgs). O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica pp. 49-94. **Armazem do Ipê**,

Campinas, SP, 2016.

PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: **Ática**, 2007.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, 7(1), p. 286-293, 2015. Consultado em <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v7i1.13575>

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev – Campinas, SP: **Autores Associados**, 2013.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I, 2009. Disponível em: www.rbhcs.com.